

V - Conclusão

Genocídio Yanomami ontem e hoje: vidas em risco, resistência indígena e desafios para o futuro.

Karenina Vieira Andrade

Entre fevereiro e março de 2023, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) realizou três seminários virtuais dedicados ao debate sobre a crise humanitária vivida pelos povos que vivem na Terra Indígena Yanomami (TIY). “O genocídio Yanomami ontem e hoje” contou com a participação de Marciane Rocha Ye’kwana, Alcida Ramos e Luciano Mariz Maia com mediação minha e de Elaine Moreira; “Vidas em risco: os desafios para a retomada da saúde Yanomami” contou com a participação de Paulo Basta, Clara Opoxina e Maria Stella de Castro Lobo, mediada por Felipe Tuxá com comentários de Alcida Ramos; “Vozes Yanomami, Macuxi e Ye’kwana na resistência ao genocídio” contou com a participação de Dário Yanomami, Júlio Ye’kwana e Ivo Macuxi e mediação de Ricardo Verdum. As falas dos participantes dos seminários foram reunidas nesta publicação, que se soma a um conjunto de ações da ABA em defesa dos direitos dos povos Yanomami e Ye’kwana.

Esses seminários foram uma resposta da ABA ao que ocorreu em Roraima no mês anterior. Em janeiro de 2023, o Brasil e o mundo foram confrontados com a ampla cobertu-

ra da imprensa nacional e internacional sobre a situação de calamidade vivida pelos habitantes da Terra Indígena Yanomami. Fotos de adultos e crianças reduzidos a pele e osso inundaram as redes sociais, gerando uma onda de diversos movimentos da sociedade civil em apoio aos Yanomami e Ye'kwana, bem como cobranças ao governo brasileiro por ações emergenciais que buscassem reverter a situação calamitosa vivida pelas comunidades indígenas. Entretanto, como apontam todos os colaboradores deste volume de maneira inequívoca, através de depoimentos, reflexões e dados de pesquisa, a situação vivida pelos Yanomami e Ye'kwana não é recente, tampouco desconhecida das instituições e autoridades brasileiras dos três poderes da República. Nos últimos anos, de maneira mais esparsa, a imprensa brasileira vinha noticiando a escalada de violência no interior da TIY, impulsionada pela invasão garimpeira. Documentos produzidos por associações indígenas, organizações não-governamentais que atuam na TIY e pesquisadores vinculados a diferentes instituições denunciavam sistematicamente as constantes violações de direitos dentro da terra indígena, destacando a urgência da retirada de garimpeiros ilegais, cujo número crescia a cada ano.

O que mudou, então, no cenário nacional, que levou os Yanomami às primeiras páginas dos jornais do mundo inteiro? A resposta está nos textos aqui reunidos: embora a crise ambiental e sanitária que vivem hoje os Yanomami e Ye'kwana tenha raízes históricas, os quatro últimos anos

tiveram um papel fundamental na produção do cenário de guerra na TIY. Foi somente quando o novo governo assumiu a responsabilidade de reverter a crise, com a visita do presidente recém-eleito a Roraima, que os olhos do mundo inteiro se voltaram para a TIY.

Alcida Ramos nos lembra, no início de seu texto, que, em janeiro de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recém-empossado para seu terceiro mandato, recebeu das mãos de Joênia Wapichana, presidente da FUNAI, o relatório *Yanomami sob ataque*, produzido em 2022 pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) e Associação Wanasseduume Ye'kwana (Seduume). A cena em que Joênia entrega o relatório a Lula, registrada pelo fotógrafo oficial do presidente e extensamente reproduzida pela mídia, ocorreu a bordo do voo que levou a comitiva presidencial a Boa Vista para acompanhar os trabalhos do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério da Saúde na gestão da crise sanitária na TIY. Na foto, sentada no avião presidencial ao lado da ministra Sônia Guajajara, Joênia entrega a Lula o relatório. Na véspera dessa viagem a Boa Vista, o Ministério da Saúde havia declarado estado de emergência de saúde pública para enfrentar a crise sanitária que assola os Yanomami e Ye'kwana. Os primeiros resgates de crianças Yanomami em estado crítico de desnutrição haviam ocorrido dias antes por técnicos da saúde. Lula concedeu uma entrevista coletiva à imprensa na porta da Casa de Saúde Indígena (CASAI) em Boa Vista, onde muitos Yanomami e Ye'kwana estavam inter-

nados, e declarou-se abalado com a situação vivida pelos indígenas, que classificou como desumana. A partir de então, nas semanas que se seguiram, o Brasil e o mundo passaram a acompanhar a situação vivida pelos Yanomami e Ye'kwana. Não resta dúvida que a presença de duas mulheres indígenas em cargos de primeiro escalão do governo federal teve um papel crucial para que, em apenas três semanas de mandato, o Estado, finalmente, assumisse sua responsabilidade de fazer cumprir os direitos constitucionais dos legítimos donos da Terra Indígena Yanomami. A presidente da FUNAI, Joênia Wapichana, e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, conheciam de perto as denúncias dos últimos anos acerca da invasão garimpeira na TIY, tendo elas mesmas atuado diretamente junto ao Ministério Público Federal em ações judiciais que visavam instar as autoridades a tomar providências, como será detalhado mais adiante. A força da presença de Lula e sua comitiva em Roraima expôs publicamente o fato de que a omissão do Estado brasileiro é a verdadeira causa do caos que se instaurou na terra indígena. Uma vez mais, a palavra que dá nome ao crime cometido contra os Yanomami e Ye'kwana voltou a fazer parte de sua história: genocídio.

Trinta anos da demarcação da Terra Indígena Yanomami: breve balanço histórico.

Em 2022, foi publicado o livro “Terra Indígena Yanomami 30 anos – O Futuro é Indígena”⁷, organizado por Alcida Ramos, Estêvão Benfica Senra e Marcos Wesley Oliveira. Fruto da parceria entre o Instituto Socioambiental (ISA) e a Hutukara Associação Yanomami (HAY), trata-se de uma coletânea de textos de diversos autores, indígenas e não-indígenas, que fazem uma retrospectiva da história da demarcação da TIY e dos principais desafios e problemas enfrentados nas três últimas décadas, bem como apontamentos para o futuro. No texto de apresentação do livro, Alcida comenta sobre o gosto amargo da comemoração da data, diante da situação hoje vivida na TIY.

Na presente coletânea, Maria Stella Lobo e Alcida Ramos rememoram o trabalho da saúde nos anos 1990, antes mesmo da demarcação da TIY, que fez parte das ações do Estado brasileiro para reverter os efeitos da corrida do ouro que levou 40.000 garimpeiros ilegais a invadir a TIY no fim da década de 1980. Stella Lobo fez um resumo dos principais pontos do Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami (PEASY), enfatizando os princípios norteadores do modelo de atendimento desenhado à época, que inspiraria mais tarde a atuação exitosa da ONG URIHI Saúde Yanomami a partir

7 RAMOS, A. R., SENRA, E.B. & OLIVEIRA, W. (orgs.). *Terra Indígena Yanomami 30 anos: o futuro é indígena*. São Paulo: ISA/HAY, 2022.

do final dos anos 1990. A descentralização do atendimento, a criação de equipes volantes que levavam atendimento às comunidades, reduzindo drasticamente a necessidade de remoção de pessoas para a cidade; a participação social; a parceria com ONGs (Médicos sem Fronteiras, missões católicas e a Comissão para Criação do Parque Yanomami - CCPY), o treinamento técnico e cultural, com a mediação de antropólogos que conheciam a realidade indígena, são alguns dos fatores citados por Stella Lobo como fundamentais para o êxito que o plano emergencial obteve. Tudo isso aliado às operações de retirada dos garimpeiros ilegais, no âmbito da Operação Selva Livre, como relembra também em seu texto o médico pesquisador Paulo Basta.

Ao longo da década de 1990, após o plano emergencial de atendimento, operações de desintrusão da TIY e a reestruturação do sistema de saúde, seguiu-se um período de relativa calma, como chamou a atenção Paulo Basta, e melhora nos indicadores de saúde dos indígenas, com o consequente crescimento populacional. A malária foi controlada, especialmente nos anos em que o atendimento de saúde esteve a cargo da URIHI, chegando à erradicação em algumas regiões da TIY. Quando iniciei minha pesquisa etnográfica junto ao povo Ye'kwana, em 2005, a região de Auaris não registrava nenhum caso de morte por malária há cinco anos; os poucos registros de pessoas doentes eram de visitantes vindos da Venezuela ou viajantes que retornavam depois de uma temporada fora de Auaris. Com a busca ativa efetuada

com frequência e regularidade, os doentes eram rapidamente tratados, mantendo Auaris livre da doença. A região do Paapiú também teria permanecido livre do garimpo por cerca de 20 anos, embora os dados da pesquisa sobre contaminação de mercúrio na população local, como mostra Paulo Basta, apontem que, em 2014, 7% da população do Paapiú ainda apresentava altos índices de contaminação, o que nos dá a dimensão da tarefa necessária para garantir a recuperação da saúde das pessoas e da floresta nos próximos anos.

O texto de Marciane Rocha Ye'kwana nos traz o depoimento de quem nasceu nesse contexto de relativa tranquilidade, em que os relatos sobre os horrores das epidemias e violência vividas, resultantes da invasão garimpeira, compunham memórias sobre o passado. Embora a presença do garimpo não tenha sido totalmente erradicada, ao longo dos anos 2000-2010, ela se restringia a pequenas áreas e operações de fiscalização e controle da terra indígena que retiravam os invasores. Ainda que estes sempre retornassem, a extensão dos garimpos não chegava nem de longe à magnitude que alcançou nos últimos quatro anos. Estima-se que, em 2022, havia 20.000 garimpeiros ilegais na TIY. Como Paulo Basta e Stella Lobo apontam em seus textos, embora o número de invasores fosse menor que nos anos 1990, o estrago causado por eles atingiu escala industrial, uma vez que o garimpo passou a utilizar maquinário pesado, revolvendo o leito dos rios dia e noite, jogando gigantescas quantidades de mercúrio no meio-ambiente. Os dados apresentados

por Paulo Basta documentam a extensão da contaminação por mercúrio que atinge pessoas, rios e peixes, espalhando-se também na forma de chuvas que levam para longe dos garimpos a fumaça de mercúrio que resulta da queima do ouro.

Nos últimos anos, a situação se agravou intensamente. Paulo Basta data a explosão do garimpo em 2019 e, já no ano seguinte, observa um salto nos indicadores de malária 87 vezes maior do que nos quatro anos anteriores, incluindo a forma mais grave da doença, que tem alta letalidade. Com a interrupção das operações de retirada dos garimpeiros a partir de 2019, no governo Bolsonaro, os garimpos cresceram assustadoramente. Enquanto as operações de retirada eram suspensas, o atendimento à saúde se deteriorava: falta de medicamentos e de profissionais, além do fechamento de postos de atendimento em áreas de garimpo por falta de segurança das equipes médicas. Clara Opoxina acompanhou de perto o retorno do garimpo ao longo de sua atuação como enfermeira na última década, destacando que, mesmo as comunidades mais afastadas dos garimpos, passaram a ser seriamente afetadas. Com a pandemia de COVID-19 e a suspensão da autorização para a entrada na área indígena de profissionais de saúde e pesquisadores, tornou-se ainda mais difícil obter informações que pudessem respaldar as denúncias. Recaiu sobre os próprios indígenas a árdua tarefa de contar seus doentes e mortos, não apenas pela nova epidemia, mas por todas as demais violências perpetradas pelos invasores. Malária, desnutrição infantil crônica, doenças

respiratórias, assassinatos, estupro de mulheres e crianças, aliamento de jovens para o trabalho no garimpo... a lista de horrores é longa e amplamente conhecida. Como já mencionado, relatórios importantes foram produzidos nos últimos três anos, a partir de trabalho fundamental das associações indígenas e de seus parceiros, tais como o Instituto Socioambiental e a Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana. Além das denúncias e publicações, a justiça foi acionada diversas vezes ao longo dos últimos anos.

Deborah Duprat, advogada e subprocuradora geral da república, aposentada, em seu texto na já mencionada coletânea em comemoração aos 30 anos da demarcação da TIY, faz um balanço das ações judiciais envolvendo os Yanomami no passado e também no contexto mais recente⁸. Em 2017, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma Ação Civil Pública para determinar que a FUNAI e a União reativassem três bases de Proteção Etnoambiental na terra indígena; em 2020, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Clínica de Direitos Fundamentais da UERJ e seis partidos políticos levaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) com o propósito de assegurar medidas de proteção aos povos indígenas no contexto da pandemia de COVID-19, sendo os Yanomami especificamente mencionados na ação e também na apreciação do relator, Ministro Roberto Barroso,

8 DUPRAT, D. “Os Yanomami e os espaços institucionais de Justiça – de 1989 aos dias atuais”. In: RAMOS, A. R., SENRA, E.B. & OLIVEIRA, W. (orgs.). *Terra Indígena Yanomami 30 anos - o futuro é indígena*. São Paulo: ISA/HAY, 2022.

que explicitamente vincula o garimpo ilegal na TIY à situação de emergência sanitária vivida por seus habitantes. Ainda em 2020, o MPF propôs uma Ação Civil Pública para que a União, FUNAI, IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresentassem um plano emergencial de ações para o monitoramento efetivo da TIY, especialmente, no combate aos crimes ambientais e à extrusão de invasores, considerando o cenário pandêmico. Já em 2022, o MPF apresentou à Justiça Federal um pedido para obrigar a União a retomar as ações de proteção e operações policiais contra o garimpo, com base nas denúncias do relatório produzido pelas associações indígenas. Duprat aponta ainda as medidas cautelares de 2021, concedidas pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, suspendendo os efeitos da Lei 1.453/2021 de Roraima, que dispunha sobre o licenciamento de lavra garimpeira no estado; a medida cautelar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de 2020 em favor dos povos Yanomami e Ye'kwana, apontando a presença de 20 mil garimpeiros ilegais como vetores importantes na transmissão de COVID-19; em 2022, a mesma CIDH solicitou à Corte Interamericana de Direitos Humanos que outorgasse medidas provisórias em favor dos direitos à vida, integridade pessoal e saúde desses povos. Por fim, destaca-se ainda o pedido de exame preliminar de genocídio e crimes contra a humanidade praticados pelo então Presidente Jair Messias Bolsonaro contra os povos indígenas do Brasil, encaminhado pela APIB ao procurador que atua junto

ao Tribunal Penal Internacional. Na denúncia, há um capítulo sobre morte, destruição e garimpo na TIY (Duprat, 2022).

As denúncias sobre os crimes que vinham sendo cometidos na TIY, portanto, eram, como já afirmei, amplamente conhecidas pelas autoridades brasileiras. Não apenas os relatórios e documentos produzidos pelas associações indígenas e seus parceiros, mas também um conjunto de ações judiciais apresentaram as denúncias, com reunião de provas do genocídio em curso. Por tudo isso, Luciano Mariz Maia destaca em seu texto a gravidade da situação atual, com tipificação legal de genocídio, apontando, de um lado, a omissão e inação do Estado e, de outro, a ação deliberada que retirou ou enfraqueceu as estruturas de proteção da TIY e sua população, incluindo perseguição ou desautorização de servidores públicos que nelas atuam.

Perspectivas futuras

Em seu texto, Alcida Ramos menciona que, na coletânea comemorativa dos 30 anos de demarcação da TIY, o pesquisador Maurice Seiji Tomioka descreve os Yanomami como “o povo do movimento”. São movimentos, cuidadosamente calculados, que constituem um modo de se relacionar com a floresta, algo próximo ao que nós, os brancos, chamamos de manejo. O arqueólogo Eduardo Neves⁹, que desenvolve pesquisas na Amazônia há quase três décadas, estima que até

9 NEVES, E. G. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu/EdUSP, 2022.

10 milhões de pessoas vivem na região há cerca de oito mil anos, compondo um panorama de grande diversidade em modos de vida que modificaram a floresta aproveitando as características naturais da região. Expressões como “floresta virgem” e “vazio demográfico” são imagens comumente acionadas no discurso colonialista que enxerga a Amazônia como fonte de riquezas a ser explorada, sendo a invasão garimpeira, possivelmente, a sua face mais perversa. Longe de ser uma floresta virgem, a Amazônia talvez possa ser melhor descrita como uma grande roça ou jardim, milenarmente cultivada pelas mãos e sabedoria dos povos que nela vivem e vivem ancestralmente. Esse modo de lidar com a Terra e o território, uma relação profunda que constitui o Bem-Viver de que nos fala Paulo Basta, é incompreensível para os brancos, cujo mundo está assentado em premissas radicalmente distintas daquelas dos mundos indígenas. Júlio Ye’kwana nos fala dessa profunda ligação com a natureza, dos lugares sagrados e de seus “donos”, seres primordiais que habitam a floresta desde o surgimento do mundo e com os quais convivem os povos Ye’kwana e Yanomami. Aprender a respeitar essa miríade de habitantes da floresta e respeitar a própria Mãe Terra é parte da sabedoria ancestral transmitida oralmente de geração a geração. Os depoimentos de Júlio Ye’kwana, Marciane Rocha e Dário Yanomami nos alertam sobre o que está em jogo diante da situação criminosa que assola a TIY: o colapso do mundo, a queda do céu. Ivo Macuxi nos provoca com a pergunta: quem vai reparar a destruição

do mundo Yanomami e Ye'kwana? A TIY hoje tornou-se a epítome da rapacidade do capitalismo predatório e dos preconceitos amplamente enraizados sobre os povos indígenas, como bem destaca Luciano Mariz Maia.

Num tocante texto publicado no jornal *Folha de São Paulo* com o sugestivo título “Precisamos falar sobre a beleza dos Yanomamis”, Dário Kopenawa e Estêvão Senra¹⁰ rebatem os argumentos de quem aponta os indígenas como responsáveis pela crise que ora enfrentam, uma vez que a suposta ineficiência de seus sistemas produtivos seria a real causa da escassez de alimentos. Somente quem nunca pisou o chão da TIY pode afirmar algo tão equivocado. Nós, pesquisadores e profissionais não indígenas, que tivemos o privilégio de conhecer de perto a exuberância daquele pedaço do grande jardim amazônico, cultivado sabiamente pelas mãos Yanomami e Ye'kwana, podemos atestar a falácia do argumento. É radical o contraste entre as imagens das áreas da terra indígena destruídas pelo garimpo e as regiões distantes dele. Trabalhando em Auaris há quase duas décadas, carrego comigo as imagens do passado, anterior ao caos: são lembranças da fartura de frutas sazonais a cada estação do ano, dos cheiros e das cores que cada uma traz; a abundância das roças Ye'kwana, com sua enorme variedade de bananas, pimentas e mandioca que até então eu desconhecia. A fila de crianças bem-nutridas no posto de saúde da aldeia, banha-

10 Yanomami, D. K. & SENRA, E. B. “Precisamos falar sobre a beleza Yanomami”. *Folha de São Paulo*, 08 de fevereiro de 2023.

das e esplendidamente pintadas com urucum, levadas por suas mães em dia de vacinação. A quantidade de panelas de comida trazidas pelas mulheres às refeições coletivas na casa comunal em dia de festa, que geravam chistes e piadas intermináveis, uma vez que só é permitido aos homens, empanturrados, se levantarem da mesa quando todas as panelas estiverem vazias. A infindável lista de “remédios do mato”. Não posso deixar de mencionar a reação da jovem antropóloga Viviane Ye’kwana, quando assistíamos em minha casa na cidade a uma reportagem sobre as propriedades medicinais da “unha-de-gato” (*Uncaria tomentosa*) sendo estudadas por diversos pesquisadores. A planta é nativa da América Central e do Sul, é abundante em Auaris e utilizada pelas mulheres Ye’kwana para tratar de várias doenças. Com certa ironia, Viviane riu da reportagem, como se dissesse: bastava ter-nos perguntado!

Kopenawa e Senra, no texto da *Folha de São Paulo*, dizem que, em meio à tragédia, não se pode perder de vista a beleza desse povo. A beleza dos corpos finamente ornamentados nas festas, a beleza exuberante da floresta, a beleza das línguas e de seus cantos, a beleza das crianças que sabem nomear uma infinidade de flores e abelhas e suas qualidades. Clara Oporina nos conta que, nas muitas aldeias por onde tem andado na tarefa hercúlea de tratar os males que o garimpo trouxe, ouve repetidamente dos Yanomami que agora já não querem mais falar de tragédia, é hora de construir o futuro. Futuro que é indígena, nos diz o subtítulo

da coletânea publicada na comemoração dos 30 anos da TIY. Em meio ao caos, diz Clara, os Yanomami não perderam a capacidade de rir. Resistindo à presença dos brancos há mais de cinco séculos, os Yanomami e Ye'kwana desejam continuar a fazer seus mundos existirem. Essa existência, como afirma Ivo Macuxi, não pode ser tida como uma ameaça aos brancos. A resistência hoje é pacífica, usando as armas dos brancos, a escrita, a justiça, Ivo nos diz. Os jovens indígenas, cujos textos compõem esta coletânea, são exemplos disso. Sem perder as marcas de seus modos próprios de pensar, manejam a escrita sem o compromisso que nós, acadêmicos, temos com conceitos e teorias que acabam, por vezes, funcionando como subterfúgios para enfrentar o que estes jovens indígenas aqui destacam: a ameaça que paira sobre seus mundos.

Urge que o Estado brasileiro leve adiante um plano de ação continuada que assegure que a Terra Indígena Yanomami seja ocupada, exclusivamente, por aqueles que têm o direito a ela garantido constitucionalmente. Nesta coletânea, estão reunidos depoimentos e análises que destacam a importância de escutar especialistas indígenas e não-indígenas no processo de construção de tais ações. A experiência dos que vivem na TIY e dos pesquisadores e profissionais que nela trabalham, alguns dos quais atuaram em décadas anteriores num cenário semelhante ao que temos agora, é fundamental para que se obtenha êxito. O combate ao garimpo ilegal e a desintrusão total da TIY é a tarefa primeira a ser realizada.

Uma vez assegurada a proteção de seu território, os Yanomami e Ye'kwana reconstruirão uma vez mais seus jardins e suas roças, como vêm fazendo há milênios. A resiliência dos povos da floresta é uma das grandes lições, dentre tantas, que temos a aprender com eles. Seus sofisticados sistemas de conhecimento não estão em livros, mas nas pessoas, que precisam de corpos fortes e saudáveis para continuar a viver em seus mundos de beleza exuberante. A força e a saúde de que precisam vêm não apenas de nossas vacinas e remédios que, sem dúvida, são fundamentais para tratar as doenças que nosso mundo lhes impingiu. A força e a saúde de que precisam vêm, sobretudo, da floresta, das roças, dos igarapés, dos “donos” dos lugares cuja sabedoria ancestral eles sabem escutar e respeitar, algo que nós, os brancos, precisamos praticar.
